

Viver o *insuportável* e os riscos de *seguir a vida*: narrativas de pessoas LGBTQIAP+ acolhidas pela Casa 1

Living the unbearable and the risks of getting on with life: narratives of LGBTQIAP+ individuals sheltered by Casa 1

Jesser Rodolfo de Oliveira Ramos¹

<https://orcid.org/0000-0002-3404-6424>

jesser.amos3@gmail.com

¹ Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil
Doutorando em Antropologia Social

Resumo

Neste artigo analiso a constituição da casa e da rua como espaços de violação e supressão das existências de pessoas LGBTQIAP+. As experiências constitutivas desses lugares derivam das memórias das pessoas que habitam e moram na Casa 1, uma casa de acolhimento e um centro cultural, situado na cidade de São Paulo. Por meio das lembranças dessas pessoas, mostrarei, em primeiro lugar, como a casa da família é um lugar onde seus desejos e subjetividades são violentados diariamente, produzindo uma experiência comum do *insuportável* e do *irrespirável*. Num segundo momento, demonstrarei como a rua, após o processo de expulsão da casa da família, transforma-se num espaço de perigo e de risco para a vida dessas pessoas LGBTQIAP+, criando outra experiência compartilhadas entre elas. Dessa forma, argumento, por fim, que a família se transforma em um agente destrutivo e de risco para a vida de seus filhos e filhas LGBTQIAP+.

Palavras-chave: Casa 1; memória; pessoas LGBTQIAP+; violência.

Abstract

In this article I analyze the constitution of the house and the street as spaces for violating and suppressing the existences of LGBTQIAP+ people. The constitutive experiences of these places derive from the memories of the people who inhabit and live in Casa 1, a shelter and cultural center located in the city of São Paulo. Through the remembrances of these people, I will show, firstly, how the family home is a place where their desires and subjectivities are violated daily, producing a common experience of the *unbearable* and the *unbreathable*. Secondly, I will demonstrate how the street, after the process of expulsion from the family home, becomes a space of danger and risk for the lives of these LGBTQIAP+ people, creating another shared experience among them. In this way, I argue, finally, that the family becomes a destructive agent and a risk to the lives of their LGBTQIAP+ children.

Keywords: Casa 1; memory; LGBTQIAP+ people; violence.

Introdução¹

*'Sofri muita coisa na rua e na minha casa. Sempre sofremos muita violência nesses lugares. Para nós esses lugares não são nem um pouco acolhedores. Seguir minha vida longe de casa foi minha única opção'*² (caderno de campo, novembro de 2018). Foi assim que Bethania³ narrou sinteticamente sua experiência enquanto conversávamos na *sala do paliativo* da Casa 1. Localizada no centro da cidade de São Paulo, a Casa 1 é uma *república de acolhimento* para pessoas LGBTQIAP+ expulsas dos seus ambientes familiares, além de ser um centro cultural e uma clínica social, cujas atividades e atendimentos se estendem para uma população mais ampla que não se restringe às identidades LGBTQIAP+.

Embora não faça parte do escopo desse artigo uma descrição detalhada de todos os espaços que compõem a Casa 1, é preciso dizer que as atividades e os atendimentos ocorrem em três prédios distintos. Os atendimentos psicoterapêuticos da clínica social acontecem em um prédio localizado na rua Lettieri, uma das ruas transversais à rua Condessa de São Joaquim, onde está localizado o sobrado da Casa 1. Já o galpão da Casa 1, onde acontecem as atividades educacionais e culturais, está localizado a três quadras do sobrado, na rua Adoniran Barbosa. Uma vez que meu trabalho de campo aconteceu, sobretudo, no espaço do sobrado, faço uma descrição mais adensada. Na parte superior está a *república de acolhimento* que recebe os e as jovens LGBTQIAP+, cujas idades variam de 18 a 25 anos. A composição arquitetônica da *república* é a seguinte: um

- 1 Este artigo é resultado da minha pesquisa de mestrado e fruto de problemas que venho desenvolvendo em minha pesquisa de doutorado, conjuntamente com os membros do Hybris e com orientação da professora Ana Claudia Marques, a quem agradeço. Tanto a pesquisa de mestrado (processo nº 2019/11758-8) quanto a de doutorado (processo nº 2021/14628-8) são financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Além disso, a feitura deste artigo deve às discussões realizadas no interior do projeto temático "Artes e semânticas da criação e da memória" (Fapesp, processo nº 2020/07886-8). Agradeço à professora Fernanda Arêas Peixoto pelos comentários generosos.
- 2 Ao longo do texto, usarei em *itálico* os termos, os enunciados e as falas ditas pelos(as) interlocutores(as). Também usarei aspas simples nas falas diretas ditas por eles e elas. Para os conceitos das literaturas mobilizadas no texto usarei aspas duplas.
- 3 Os nomes contidos nessas narrativas são todos fictícios. A escolha por nomes fictícios representa uma estratégia ética para preservar o anonimato de pessoas em situação de vulnerabilidade. Além disso, algumas *pessoas acolhidas* não tinham contato com seus familiares, os quais desconheciam sua localização naquele momento. O uso de nomes fictícios constitui, portanto, uma medida essencial para salvaguardar a integridade e a segurança dessas pessoas.

quarto coletivo, uma lavanderia, um banheiro, uma cozinha, um banheiro com chuveiros. Esse espaço é restrito aos seus moradores e moradoras, não sendo permitido a entrada de outras pessoas. Toda a organização diária, como limpeza e comida, é gerenciada por eles e elas. Além disso, por ser uma *casa de passagem*, as *peessoas acolhidas* moram na *república* por até quatro meses.⁴

Na parte inferior do sobrado há mais três espaços onde ocorrem as atividades do centro cultural: a biblioteca comunitária Caio Fernando de Abreu, um espaço aberto, frequentado pela vizinhança, por pessoas que circulam pela região e pelos(as) moradores(as) da *república* e, também, onde ocorrem atividades educacionais para crianças; a *sala do paliativo* Claudia Wonder onde são distribuídos roupas e produtos de higiene pessoal tanto para as pessoas em situação de rua como para a vizinhança; e, no meio desses dois espaços, há o espaço Vitor Angelo, onde funcionava, até meados de 2019, o curso de costura para pessoas transgênero oferecido pelo coletivo de economia solidária TranSol.⁵

Os dados de campo contidos neste texto derivam da pesquisa empírica que realizei entre agosto de 2018 e outubro de 2019 junto à Casa 1. Na condição de voluntário, passei a frequentar os diversos espaços da Casa 1, sendo gradativamente imerso em uma teia complexa de memórias, histórias e relações que se multiplicavam e entrecruzavam à medida que estabelecia contato com os diferentes habitantes do lugar. Minha atuação voluntária concentrou-se, predominantemente, na *sala do paliativo* e na biblioteca Caio Fernando Abreu, espaços estrategicamente localizados na área imediatamente inferior à *república de acolhimento*. Essa escolha espacial não foi aleatória: diante da impossibilidade de acesso direto à moradia das *peessoas acolhidas*, Bruno, então coordenador de programação e secretário-geral da Casa 1, sinalizou que minha presença como voluntário seria fundamental para o reconhecimento por parte dos moradores *como parte da Casa 1*. *‘Só te apresentar para eles e elas não vai adiantar, precisam te*

4 Durante esse período a Casa 1 oferece todo o suporte dos seus serviços para as *peessoas acolhidas* conseguirem se restabelecer emocional e financeiramente e mudarem para um espaço próprio. Seus organizadores reconhecem que esse tempo, em alguns casos, não é sempre o suficiente e oferecem um tempo a mais na *república*. Além disso, há casos em que as pessoas voltam a morar na *república*, como, por exemplo, pessoas que perderam seus empregos e ficaram sem condições de sustento pessoal.

5 As salas da Casa 1 possuem nomes de pessoas famosas e importantes para as lutas do movimento LGBTQIAP+.

ver como parte do nosso trabalho', disse ele. Efetivamente, minha presença sistemática nesses ambientes viabilizou o estabelecimento de vínculos significativos com os(as) moradores(as) da *república*. Adicionalmente, esse engajamento facilitou que ex-moradores(as) da *república* consentissem em participar da minha pesquisa por meio de entrevistas.⁶

Além disso, como efeito das interações cotidianas, também fui envolto por histórias, memórias da vizinhança e de outras pessoas que frequentam a Casa 1. Nesse sentido, ocupar o cotidiano da Casa 1 permitiu que eu compreendesse as motivações das pessoas para estarem ali e, assim, entender como esse lugar se envolvia e era envolvido por distintas urgências, desejos e expectativas. Como bem nos lembra Veena Das (2020, p. 89), pelo cotidiano a vida se desdobra nas muitas formas em que as pessoas habitam o mundo, sendo, portanto, "o registro do cotidiano [um] cuidado reagregação da vida". As histórias das pessoas LGBTQIAP+ que compõem este artigo derivam do registro do cotidiano das relações e apropriações estabelecidas entre a Casa 1 e seus habitantes.⁷

Sendo assim, além das narrativas dos(as) jovens moradores(as) da *república*,⁸ trago neste artigo também as histórias de outras pessoas LGBTQIAP+ que

-
- 6 A construção da proximidade e dos laços de confiança com as *pessoas acolhidas* ocorreu fundamentalmente através da minha presença constante na Casa 1. Contudo, em certos momentos de interação, manifestou-se a curiosidade sobre meu histórico familiar. Ao narrar como meus pais processaram minha identidade como homem gay, estabeleceu-se uma nova dimensão de intimidade entre mim e meus(minhas) interlocutores(as), criando diálogos aprofundados sobre as complexidades das relações familiares de cada um.
 - 7 Seguindo a "perspectiva da habitação" de Tim Ingold (2015), tomo aqueles e aquelas que frequentam a Casa 1 como habitantes. De acordo com essa perspectiva, a habitação, diferente da construção, consiste "na maneira como os habitantes, isolados ou em conjunto, produzem as suas próprias vidas, e como a vida prossegue" (Ingold, 2015, p. 34). O ato de habitar "não é meramente a ocupação de estruturas já construídas; significa antes essa imersão dos seres nas correntes do mundo da vida" (Ingold, 2015, p. 34). Assim, o habitar ocorre por meio do envolvimento das pessoas em contextos relacionais específicos com seu entorno. Os habitantes "conhecem o mundo percorrendo-o" (Ingold, 2015, p. 36) e é dessa maneira que os lugares são constituídos. Nesse sentido, é por seu envolvimento diário com a Casa 1 que seus habitantes produzem e compõem as espacialidades desse lugar. Os habitantes são tanto as pessoas que moram na *república de acolhimento* quanto as pessoas atendidas na clínica social e as pessoas que frequentam as atividades culturais e educacionais do galpão e do sobrado.
 - 8 Durante o tempo que realizei o trabalho de campo na Casa 1, conheci somente uma pessoa que se identificava como não binária. Na minha dissertação de mestrado, tomei como procedimento descritivo marcar com a linguagem neutra todos os elementos de sua narrativa. No entanto, como neste artigo sua história não aparece, resolvi não trazer nenhuma marca de gênero neutra para identificar as pessoas que moram na Casa 1.

habitam esses outros espaços da Casa 1 com o objetivo de explicitar as múltiplas experiências vividas por pessoas LGBTQIAP+ na casa da família e na rua. Também compõem os dados contidos aqui as 20 entrevistas que realizei com os(as) jovens que foram, em algum momento, moradores(as) da *república*.

O “nós” evocado por Bethania, então, refere-se a essas muitas histórias vividas por pessoas LGBTQIAP+, coletivizando as experiências violentas da casa da família e da rua. Ela, uma mulher trans negra, vivia, até naquele momento da nossa conversa, há 8 anos na rua. Ela havia sido expulsa da casa dos pais após se *assumir* uma mulher trans. *‘Me assumir foi muito difícil. Apanhei do meu pai e fui jogada na rua. E na rua você sabe é viver com o medo constante de morrer. Lembrar do que vive em casa é sempre difícil. Mas eu tô seguindo a vida, na luta diária para sobreviver’* (caderno de campo, novembro de 2018). Bethania tinha 19 anos quando foi expulsa do seu ambiente familiar, localizado numa região periférica da cidade de São Paulo. Desde então ela passou a viver nas ruas do centro da cidade.

Ao rememorar um passado violento, Bethania recria as experiências vividas no ambiente familiar, ao mesmo tempo que evidencia o presente através dos perigos e medos contidos em viver na rua. Esses lugares – rua e a casa – e essas temporalidades – presente e passado – ganham sentidos e imagens específicas no *seguir a vida* de uma mulher trans e preta. As memórias dela fazem ver momentos de extrema violação experimentados num passado vivido no ambiente doméstico e na rua. Assim, a recriação envolve o trabalho da memória em que aquilo que foi vivido é reelaborado por meio de múltiplas imagens. Quando Bethania aciona essas memórias passadas, nos é explicitado como sua existência, enquanto mulher trans, é negada e violentada na casa de sua família, ao mesmo tempo que é passível de uma série de perigos ao seguir vivendo na rua.

Além disso, ao evocar o *seguir a vida*, ela não somente recria lugares vividos no passado e no presente, mas também aciona a feitura de outras formas de habitar o futuro. Naquele dia, Bethania procurava roupas sociais para ir a uma entrevista de emprego que ela havia conseguido com a ajuda da Feira de Empregabilidade Trans e Travesti organizada pela Casa 1.⁹ *‘Essa pode ser a minha chance de mudar de vida e sair da rua. Com a ajuda da Casa 1, eu posso seguir a minha vida de outro jeito’*, disse-me ela. A presença da Casa 1 permite que Bethania habite de

9 Com mais de 12 empresas apoiando essa ação da Casa 1, a feira tinha como objetivo oferecer vagas de emprego para pessoas trans e travestis.

outras maneiras um futuro que é aberto, ao mesmo tempo que se tem a certeza de uma morte iminente para uma mulher trans e preta morando na rua.

A mobilização desse *seguir a vida* foi feita em muitas narrativas de pessoas LGBTQIAP+ que frequentavam diariamente a Casa 1 durante o tempo que realizei minha pesquisa de mestrado (Ramos, 2021). Essa mobilização produziu uma série de imagens mnemônicas das experiências violentas vividas na casa e na rua. A partir das memórias recriadas nas narrativas das pessoas LGBTQIAP+, meu argumento, neste artigo, é que a família se torna um dispositivo de manifestação e manutenção das violências de gênero e sexualidade. Isso se dá em dois momentos distintos e superpostos: em primeiro lugar, a família produz um ambiente doméstico que suprime e violenta os desejos e as identidades dos(as) seus(suas)filhos(as)quenãovivemdentro das normatizações cis-heterossexuais; em segundo lugar, a família expõe esses(as) seus(suas) filhos(as) a uma série de violências e perigos destinados àqueles(as) que passam a viver na rua.

Assim, tomando as memórias como lugares de criação, este artigo é um exercício descritivo que busca mostrar como histórias narradas interligam lugares e temporalidades distintas após ocorrência de um “evento crítico” (Das, 1995).¹⁰ Embora aqui minha análise esteja mais detida em descrever a constituição da rua e da casa por meio das imagens do passado, a presença da Casa 1, como explicitado na história de Bethania, possibilita outras formas de habitar o presente e uma série de projeções e elaborações de outros futuros possíveis. No *seguir a vida* enunciado por ela, o passado violento não é apagado. Ao contrário, ele é convocado num presente vivido e num futuro projetado com o suporte da Casa 1. Assim, como pude perceber em muitas outras narrativas das pessoas LGBTQIAP+ *acolhidas* pela Casa 1, presente e futuro aparecem implicados nas narrativas do passado. O trabalho da memória decorre, como sugere Bergson (1999), do entrecruzamento

10 Os eventos críticos, como sugere Das (1995), são os momentos em que a vida cotidiana é interrompida e os mundos íntimos e locais são destruídos. Nesses lugares devastados, novos modos de agir e existir são forjados e, como consequência, as pessoas elaboram outras formas de se relacionar entre si e com o mundo. Nesses modos de habitar aquilo que é destruído, o passado envolve o presente não necessariamente como uma memória traumática, mas como um “conhecimento venenoso” criado e compartilhado coletivamente. De fato, por definição, o evento crítico atinge uma coletividade, por mais que indivíduos experimentem seus efeitos individualmente. No entanto, tomo essa ideia de evento crítico para explicitar o trabalho criativo da memória que produz uma coletivização das experiências individuais de pessoas LGBTQIAP+ que são expul-sas da casa de suas famílias.

de temporalidades em movimentos de expansão e contração.¹¹ Essa ativação da memória, como explicado por Deleuze (2008, p. 39) ao analisar a noção de memória em Bergson, “compreenderia um movimento pelo qual o ‘presente’ que dura se divide a cada ‘instante’ em duas direções, uma orientada e dilatada em direção ao passado, a outra contraída, contraindo-se em direção ao futuro”.

É nesse trabalho da memória que veremos como as narrativas recriam experiências que são, ao mesmo tempo, íntimas e compartilhadas, transformando os momentos de violência e de perigo da casa e a da rua em imagens comuns para as pessoas LGBTQIAP+ *acolhidas*. De acordo com Mary Carruthers (2011, p. 40), em suas reflexões sobre a arte inventiva da memória monástica, no trabalho da memória, os lugares comuns são fundamentais para a fabricação de imagens emocional e intencionalmente “coloridas”.¹² Baseada na relação de incitação entre o Muro do Memorial do Vietnã e seus visitantes, a autora mostra que a confecção de um lugar comum para essas pessoas decorre daquilo que o trabalho da memória permite recriar a partir das materialidades desse muro. É o muro que permite aos visitantes recontarem suas histórias, na medida em que ele “funciona retoricamente como um repositório da memória pública” (Carruthers, 2011, p. 71). O que não quer dizer, e é isso que me interessa no argumento da autora, que o muro seja “ele próprio um contador de histórias” (Carruthers, 2011, p. 71). Na verdade, “ele convida todos os que o veem a contar histórias – até mesmo requer que o façam” (Carruthers, 2011, p. 71). Assim, não há uma essencialidade nesse lugar, o que o torna um lugar comum é justamente a atividade, sempre criativa, de rememoração.

Voltemos ao ‘nós’ evocado por Bethania ao falar sobre as experiências de sofrimento e violência na rua e no ambiente familiar experimentados por

11 De acordo com Bergson (1999, p. 195), os deslocamentos de expansão e contração da memória em direção ao passado e ao futuro ocorrem por meio de dois tipos de associação: “Há nesse mecanismo uma associação por semelhança, já que a percepção presente age em virtude de sua similitude com as percepções passadas, e há também uma associação por contiguidade, já que os movimentos consecutivos a essas percepções antigas se reproduzem, e podem inclusive arrastar consigo um número indefinido de ações coordenadas à primeira. Percebemos, portanto, aqui, na sua origem mesma e quase confundidas – não pensadas, certamente, mas desempenhadas e vividas –, a associação por semelhança e a associação por contiguidade.”

12 Para além das emoções – ou *affectus*, as intenções ou atitudes (*intentio*) envolvidas no ato de recordar são sublinhadas por Carruthers para compreendermos o processo criativo ou inventivo da memória. De acordo com a autora, a *intentio* “é uma parte de toda imagem de memória, [...] ela é a coloração ou atitude que temos diante de uma experiência, com base na qual determinamos onde ‘pendurá-la’ nas cadeias interligadas de nossos lugares” (Carruthers, 2011, p. 43).

LGBTQIAP+. Esse *nós* deriva de um trabalho da memória compartilhado por aqueles e aquelas que passam a viver na Casa 1 após o processo de expulsão do ambiente familiar. Suas memórias pessoais se multiplicam e se acoplam em imagens compartilhadas que conformam as experiências da casa e da rua em lugares comuns para as *pessoas acolhidas*. Desse modo, se o muro convida as pessoas a reconstituírem emocionalmente lugares comuns, ao passarem a viver na Casa 1, as pessoas LGBTQIAP+ recriam experiências íntimas e partilham lugares violentos comuns. O lugar comum, no sentido do trabalho de Carruthers, é constituído em um *espaço de acolhimento* e de *apoio* para aqueles e aquelas que compartilham histórias de violação de suas existências.

Assim, é nas relações entre pessoas e lugares que perceberemos a constituição desse sentido comunal das experiências de pessoas LGBTQIAP+. No trabalho da memória, o cotidiano vivido anteriormente pelas pessoas é recriado, tornando visíveis as relações estabelecidas no ambiente familiar e na rua. Produzir uma descrição atenta às reelaborações dessas relações permitirá vermos a família como um lugar da violência e da supressão das subjetividades LGBTQIAP+. Dessa forma, a rememoração faz ver uma série de relações que produzem um deslocamento em certas imagens antropológicas articuladas na vinculação entre família e casa. Como sugere Marilyn Strathern (2006), uma descrição etnográfica atenta às “relações” elucida as formas criativas elaboradas pelas pessoas na constituição de sua vida social. A partir dessa descrição, aquilo que se torna visível por meio das relações sociais estabelecidas permite “tensionar as suposições antropológicas” (Strathern, 2006, p. 35), criando novas gramáticas e imagéticas a respeito de problemas sociais e antropológicos específicos. No meu contexto de pesquisa, entendo que as narrativas de pessoas LGBTQIAP+ produzem outras imagéticas para certas discussões antropológicas sobre a “casa”, que a descreve, como bem definem Marques e Leal (2018, p. 34), como um lugar e um agente que “abriga, acolhe, atrai, amansa, gera, cria”.¹³

13 Há também outras literaturas que demonstram como a casa pode ser vivida por meio de experiências da violência, como mostram os trabalhos sobre narrativas de mulheres violentadas no ambiente doméstico por seus companheiros (Andrade, 2018; Crenshaw, 1994; Gregori, 1993; Williams, 1998). Além disso, experiências violentas também são discutidas no trabalho de Veiga de Castro e Carvalho e Silva (2022), a partir das obras de Clarice Lispector e Carolina M. de Jesus, sobre as relações de invisibilidade e não identificação estabelecidas entre a empregada doméstica, enquanto moradora do quarto do despejo, e seus patrões e a sala de visitas.

Memórias do *insuportável*

Narrar momentos saturados de dores profundas e contínuas me parecia sempre outra forma de reviver aquelas experiências doloridas. Muitas vezes a voz embargava, o silêncio tomava conta e o ato de narrar era encerrado. Rememorar a casa da família era quase sempre revisitar e reconstruir o *insuportável*, o *irrespirável*. *‘Viver na casa dos meus pais se tornou insuportável depois que me assumi. Antes já era difícil conviver com eles, mas depois que me assumi piorou tudo.’* Foi assim que Sandro começou a contar como era viver com seus pais. Sandro morava na zona norte de São Paulo, numa casa pequena, com seus pais e dois irmãos mais novos. A vida da sua família, como ele disse, *‘era muito difícil’* porque *‘faltava até mesmo comida, muitas vezes’*. Assumir-se como gay fez com que a relação com seu pai se tornasse insustentável.

Meu pai nunca foi uma pessoa carinhosa comigo. Quando eu era pequeno não gostava de fazer coisas de menino... brincar com bola, de carrinho, essas coisas. E isso irritava meu pai. Fui crescendo e aí foi piorando. Quando ele bebia ficava agressivo. Me xingava, falava para eu “virar homem”... já até chegou me bater (caderno de campo, outubro de 2018).

As violências e agressões diárias sofridas por Sandro fez com que ele morasse por um tempo na rua. *‘Quando eu tinha 16 anos, acabei indo morar na rua depois de uma briga com meu pai’*, disse. Ele ficou por pouco tempo na rua e foi para casa de outros parentes. Depois de um tempo, acabou voltando para a casa dos pais. *‘Mas as coisas continuaram iguais. Os xingamentos, as brigas e as agressões’*, contou-me.

Sandro tinha 19 anos quando foi morar na Casa 1. *‘Eu estava cansado de viver naquela casa. Vir para cá se tornou uma oportunidade de sair daquele inferno’*, disse ele. Desde que chegou, nunca mais teve contato próximo com a família. Ele havia falado poucas vezes via WhatsApp com sua mãe. A relação com a mãe, embora não fosse tão violenta e *insuportável* quanto a com seu pai, tampouco era boa. *‘Minha mãe também não aceitava eu ser gay e acabávamos brigando. Ela é evangélica, então você sabe. Ela nunca me agrediu, nem nada, mas também não era fácil conviver com ela.’* Mesmo não aceitando o fato de Sandro ser gay, sua mãe nunca quis expulsá-lo de casa. O filho foi expulso de casa por seu pai, que não aceitava a sua sexualidade.

Assim como Sandro, a figura de um pai violento também foi narrada por Juliano. Numa certa tarde, ele veio até a biblioteca, logo após passar a manhã entregando currículos, e ali ficamos conversando quase a tarde inteira. Ele contava sobre seus planos e num determinado momento da conversa disse sentir falta do tempo que morava com sua avó. Ele morou com a avó durante a infância e com 13 anos foi morar com seu pai, porque a convivência com a avó *estava ruim*. Com o passar do tempo, começou a *ter problemas* com o pai pelo fato deste ser *usuário de drogas*. *‘Ele chegava em casa, quebrava tudo, não sobrava nada’*, disse.

Juliano e o irmão foram morar na rua durante um tempo e depois voltaram a morar com o pai. Em uma briga com o pai, o irmão voltou-se contra Juliano e eles nunca mais se falaram desde então. Sua relação com o pai e com o irmão piorou quando ele *assumiu* sua homossexualidade. *‘Quando nós íamos num mesmo lugar, eles faziam eu ir primeiro e os dois iam depois para não aparecer comigo’*, contou. Durante esse tempo, disse que suportou inúmeras formas de violência física e verbal. Após passar anos sofrendo nessa relação com seus familiares, Juliano veio para São Paulo. *‘Eu enterrei tudo aquilo e falei ‘tchau Londrina’ e vim embora para cá. Eu meti a cara e vim, só com minhas roupas e meus documentos.’*

As figuras masculinas, o padrasto ou o pai, são sempre narradas como a expressão da violência.¹⁴ A casa tornava-se um ambiente *insuportável* devido, substancialmente, às relações cotidianas estabelecidas com o pai ou o padrasto. A violência se expressa, portanto, não somente nas relações com parentes consanguíneos, mas também em parentes por afinidade. Mariana saiu de casa após passar a infância inteira sendo agredida pelo padrasto. *‘Ele me espancava desde sempre e as coisas pioraram depois que eu assumi ser trans’*, disse ela. Depois de expulsa, Mariana morou um tempo num albergue e, após ter sido *ameaçada de morte* por uma travesti, também moradora do albergue, veio morar na Casa 1. *‘Aqui acontecem brigas às vezes, mas eu nunca morei num lugar tão bom. Aqui eu posso ser quem eu quero, esse lugar mudou minha vida.’* Amália, que ouvia minha conversa com Mariana, disse que sua *vida tinha sido parecida com a dela*. Ela é também uma mulher trans que foi expulsa de casa por seu padrasto. *‘A gente brigava todos os dias. Ele já até chegou a me bater. Eu passei a ficar o dia todo trancada*

14 Wittig (1992) mostra como na construção do regime político da heterossexualidade compulsória, as figuras masculinas são compreendidas como expressões naturais e inevitáveis da violência e do controle.

no quarto. Não saia nem para rua. Aí teve um dia que cansei e fui embora de casa. Antes de vir para Casa 1, Amália disse que o padraço já havia tentado expulsá-la diversas vezes, e fora impedido por sua mãe.

Quando não apareciam como imagens encarnadas da violência doméstica, as narrativas dos e das jovens LGBTQIAP+ mostraram os pais como figuras da ausência. Tanto na vida de Amália como na de Mariana, a relação com o pai não existe. Amália nunca conheceu seu pai porque ele abandonou sua mãe quando ela ainda era pequena. Mariana não conheceu o pai porque sua mãe fugiu dele quando ela ainda era um bebê: *‘Meu pai batia na minha mãe, aí ela veio da Bahia fugida’*, contou-me.

Com efeito, há, nas recriações do ambiente doméstico e familiar, um acoplamento de ausência e violência nas figuras masculinas. As narrativas íntimas revelam a constituição de uma imagem comum daquilo que é experimentado no seio das relações familiares. A casa, como um lugar quase sempre impossível de suportar, é recriada na presentificação de memórias de um passado. Esse comum, seguindo as reflexões de Carruthers, se forma em fragmentos de memórias daqueles e daquelas que passam a viver na Casa 1 a partir do processo de expulsão. Recriar, nesse sentido, é um exercício de fazer ver o que se viveu no ambiente doméstico através das imagens do *insuportável* e do *irrespirável*. Voltando às sugestões da autora, o Muro do Memorial do Vietnã e suas materialidades permitem que as pessoas recriem imagens mnemônicas comuns, coletivizando experiências individuais. Da mesma maneira, compreendo, que interações cotidianas nos espaços da Casa 1 permitem que as pessoas LGBTQIAP+ lembrem e, assim, reconheçam experiências comuns entre elas, produzindo um “nós” que coletiviza as experiências do *insuportável* e do *irrespirável*.¹⁵ O comum se faz no compartilhamento das relações produzidas pela dor, pela negação, pelo não reconhecimento e pela supressão que se repetem constantemente na vida dessas pessoas.¹⁶

15 É importante pontuar também que esse comum é produzido na constituição deste texto, uma vez que nem todas as pessoas que habitam a Casa 1 se relacionam diretamente uma com a outra. Dessa forma, no entrecruzamento de histórias pessoais, o efeito deste texto é explicitar a recriação de experiências comuns dentro do ambiente doméstico.

16 Em sua análise sobre um grupo espanhol de ativismo político, Berenice Bento (2006, p. 223) mostrou como os(as) membros(as) do Grupo de Identidade de Gênero e Transsexualidade (GIGT), a despeito de suas diferenças políticas, criavam “laços de cumplicidade e de solidariedade” a partir →

Viver na Casa 1 convida as pessoas LGBTQIAP+ a reconstruírem um passado doloroso cujas imagens do cotidiano familiar se expressam por meio de múltiplas experiências violentas de expulsão. A família e seu ambiente doméstico são, nesse sentido, um dispositivo gerador das violências a corpos e identidades dissidentes da norma heteronormativa. De acordo com Foucault (2015, p. 121), “a partir do século XIX, a família passa a assediar em si mesma os mínimos traços da sexualidade, arrancando a si própria as confissões mais difíceis, abrindo-se amplamente a um exame infinito”. As sexualidades “anormais” sofrem sanções e passam pelo escrutínio e interferências dos “especialistas” (médicos, pedagogos, psiquiatra, padres e pastores). No escrutínio dos corpos, gestos e comportamentos desses(as) jovens LGBTQIAP+ *acolhidos(as)*, seus familiares encontram uma razão para violá-los(as) e expulsá-los(as) do ambiente doméstico.

Apesar de minha etnografia não estar centrada nos pontos de vista dessas figuras masculinas, as memórias do *insuportável* nos mostram os efeitos das masculinidades e da heterossexualidade compulsória:¹⁷ nas violências constitutivas do espaço da casa, as existências dos e das LGBTQIAP+ são negadas, vigiadas, confrontadas e expulsas. Nos lugares domésticos, homens trans são questionados por algum tipo de falta do que é ser masculino. Mulheres trans e travestis são agredidas por negar a masculinidade e a virilidade, e por performar múltiplas formas de feminilidade. Mulheres lésbicas sofrem os “estupros corretivos”, como uma forma de fazê-las, violentamente, experienciarem o desejo normalizado. Assim, é nesse entrecruzamento entre a masculinidade e a heterossexualidade compulsória com a casa que podemos ver a feitura desse *lugar impossível de viver* outras experiências de gênero e sexualidade.

→ de “suas histórias dos sofrimentos, dos preconceitos e das intolerâncias compartilhadas”. Forma-se, mediante o compartilhamento dessas histórias, uma “comunidade de emoções” aglutinada em torno de dores comuns.

17 No ato de recordar a vida vivida na casa da família, as imagens e relações com as figuras masculinas mostradas pelos LGBTQIAP+ reverberam nas análises sobre a masculinidade hegemônica (Connell, 2005) e nas múltiplas outras formas de masculinidade (Vale de Almeida, 1996; Venturoza, 2016; Welzer-Lang, 2001). Welzer-Lang (2001, p. 461) argumenta que a “dominação masculina” é mantida e regulada por meio de violências variadas, “as quais tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente os homens à custa das mulheres”. Como efeito disso, na socialização masculina, o feminino se torna o polo de rejeição central, fazendo com que “aqueles homens que não podem provar sua virilidade passem a ser considerados como mulheres, como dominados” (Welzer-Lang, 2001, p. 465). É dessa maneira que não apenas a violência contra mulher ocorre, mas também é produzida a homofobia, a transfobia, a lesbofobia e a bifobia.

Nas composições das memórias do *insuportável*, a figura da mãe expressa outros tipos de relações, sentimentos e afetos. Em alguns casos, elas são lembradas por meio dos cuidados despendidos diariamente, pela cumplicidade estabelecida no momento de *assumir* sua identidade de gênero, pela *luta* em trabalhar para auxiliar no sustento da casa. As mães de Mariana e Amália continuaram com os padrastos por dependerem financeiramente deles e por terem outros filhos menores de idade. As duas disseram que, apesar de sentir um *pouco de mágoa* das mães, fariam *qualquer coisa pra ajudar elas*. A dependência financeira e a necessidade de criar outros filhos fazia com que as mães continuassem com seus maridos e, conseqüentemente, os(as) jovens LGBTQIAP+ acabavam saindo de casa. Aqui, mais uma vez, as figuras masculinas aparecem produzindo o rompimento com o espaço familiar. Valério, em uma conversa com Miro na biblioteca, disse que *‘não conseguia mais de sentir feliz’* desde o dia que saiu de casa. Eu, que estava arrumando os livros na prateleira, perguntei por que ele estava com aquele sentimento. *‘Hoje é aniversário da minha mãe. A gente era muito ligado e eu não a vejo desde que vim para cá [para a Casa 1]. Eu estou muito triste com isso, de não poder dar um abraço na minha mãe’*, respondeu ele. Valério, que havia sido expulso por seu pai, foi por ele proibido de visitar sua mãe e seus irmãos. O avô de Karen também a proibiu de ir visitar sua avó. *‘Desde quando eu passei a me reconhecer como uma mulher trans, meu avô me proibiu de ir à casa deles. Mas eu queria muito ver minha avó. A minha avó tem uma ligação muito forte comigo, sempre teve, e ela sente muita falta de mim e eu, dela’*, disse Karen.

As relações afetuosas com as mães descortinam outras experiências familiares que não são restritas às violências. De fato, as narrativas das pessoas LGBTQIAP+ em contexto de *acolhimento* mostram que não é só o *insuportável* que caracteriza as relações na casa da família. Amor, respeito, cuidado e saúde são afetos que expressam a convivência cotidiana com outros parentes, consanguíneos ou afins. Nesse sentido, minha intenção não é afirmar que a casa e a família são, natural e inequivocamente, lugares violentos para pessoas LGBTQIAP+, uma vez que os afetos e relações contidos no ambiente doméstico são múltiplos e mutáveis. O trabalho de Gorman-Murray nos mostra como casas se tornam “espaços queer”. Segundo o autor, as casas das famílias que aceitam os filhos e as filhas LGBTQIA+ “proporcionam fissuras em estruturas abrangentes de heterossexismo que permitem a geração da diferença, em vez da regulação” (Gorman-Murray, 2008, p. 34, tradução minha). Dessa maneira, a

casa, como um espaço queer, torna-se “um lugar de resistência ao heterossexismo e de apoio ao desenvolvimento contínuo de identidades” (Gorman-Murray, 2008, p. 31, tradução minha). Ademais, há uma vasta literatura sobre parentalidades, filiações e vinculações dissidentes que explicitam outras composições familiares e domésticas para pessoas LGBTQIAP+. ¹⁸ Kath Weston (1992) desafia a noção de permanência dos laços consanguíneos ao analisar casos de homossexuais expulsos de suas casas, evidenciando como os vínculos com “famílias escolhidas” frequentemente se mostram mais seguros e duradouros. Essa perspectiva é reforçada por James Green (2019, p. 45), que identifica nas relações de amizade entre homossexuais que migraram para metrópoles conexões frequentemente mais significativas que aquelas das famílias de origem.

No entanto, embora essas figuras femininas produzam outras relações e afetos na casa, as violências que permeiam esse espaço não são cometidas apenas pelas figuras masculinas. As figuras femininas que compõem o ambiente doméstico também produzem o *insuportável*. As mesmas exigências feitas pelos ideais da masculinidade também são proferidas pelas figuras femininas com que as pessoas LGBTQIAP+ se relacionam cotidianamente. Identidades e sexualidades também são negadas, vigiadas e violentadas pelas mães, avós, tias e irmãs. Gisele me lembrou que *‘as mães de muitas pessoas daqui também expulsaram, xingaram e bateram’*. A mãe de Gisele mesmo não havia aceitado ela ter começado o processo de transição de gênero:

Quando contei pra minha mãe que era uma mulher trans e estava tomando hormônio, ela não aceitou e partiu pra cima de mim. Me bateu e me expulsou de casa (caderno de campo, março de 2019).

Assim, o trabalho da memória realizado nas narrativas das pessoas LGBTQIAP+ remonta a constituição de experiências partilhadas no espaço doméstico, onde a família é um indutor do *intolerável* para certas vidas. As agressões, os insultos, os silêncios que permeiam a vida dos(as) jovens LGBTQIAP+ tornam a casa,

18 Outras bibliografias importantes para visualizar essas parentalidades dissidentes são: as filiações produzidas em processos de adoção (Fonseca, 2006, 2008; Tarnowski, 2002; Uziel, 2007), as parentalidades de pessoas transgênero (Cardozo, 2007; Souza, 2013; Zambrano, 2006, 2008) e a conjugalidade de lésbicas e gays (Goldani, 1993; Grossi, 2003; Heilborn, 1992; Mello, 2005; Rios, 2007).

como disse Erica, um *lugar impossível de respirar*. Erica é uma mulher lésbica cis e disse que os e as moradores(as) da *república* compartilham esse mesmo *sentimento e experiência* da casa da família.

Ouvindo as histórias das meninas lésbicas como eu ou mesmo das outras pessoas LGBTQs compartilhamos histórias muito parecidas de violência. As histórias de abusos ou tentativas é muito comum entre nós lésbicas. A gente se reconhece uma na história da outra (caderno de campo, fevereiro de 2019).

A imagética da “casa”, concebida em suas formas de *acolhimento*, pertencimento e constituição de subjetividade positiva, sofre uma inversão e um deslocamento nas narrativas do *irrespirável*. Nessas narrativas, casa e família agenciam inúmeras formas de violência com a intenção de suprimir e negar as existências de seus filhos e filhas. As casas não são locais de vinculações afetivas e de produção de modos de ser, como mostram as etnografias de Alves (2018) e Santos (2018) em comunidades quilombolas. A família, para as pessoas LGBTQIAP+ expulsas, é uma força de encerramento dos afetos, de controle dos desejos e de subordinação dos modos de ser. Nesse sentido, não é possível pensar que como um espaço “de intimidade, do reencontro consigo mesmo, com quem se partilha o próprio ser e o modo de ser, a casa [seja] abrigo e resistência às forças desagregados do mundo” (Marques; Leal, 2018, p. 43). De novo, minha intenção aqui não é produzir um sentido único de casa e família para as pessoas LGBTQIAP+. Na verdade, meu objetivo foi mostrar que as diferentes experiências de violação nas relações familiares formam uma imagem compartilhada do *insuportável*, conduzindo a uma compreensão de como as pessoas LGBTQIAP+ *acolhidas* conceituam temporalidades e lugares distintos. É preciso não perder de vista que se trata de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade emocional e econômica, resultante de experiências traumáticas e violentas vivenciadas no contexto familiar de origem. Nesse sentido, ao colocar esse sentido de casa e família ao lado desses outros sentidos antropológicos, busco trazer outra perspectiva para a discussão.

Assim, na recriação dessas histórias compartilhadas percebemos como o tempo da casa é acionado por meio de emoções e sentimentos que explicitam que a vida vivida dos(as) jovens LGBTQIAP+ se desenrola em meio ao terror, ao medo e às agressões produzidas nas relações familiares. Como argumenta Le Breton (2019, p. 146), a emoção “é a definição sensível do acontecimento

tal como o vive o indivíduo, a tradução existencial imediata e íntima de um valor confrontado com o mundo”. No trabalho do tempo e da memória sobre a emoção,¹⁹ ainda segundo o autor (Le Breton, 2019, p. 147), os modos como os acontecimentos são percebidos ganham outros significados. Desse modo, as rememorações feitas pelas pessoas LGBTQIAP+ mostram que família constitui o lugar do *insuportável* e, como consequência, submete seus filhos e filhas a viverem os perigos de viver na rua.

Memórias da rua

A expulsão do ambiente doméstico, como evidenciado nas várias narrativas das pessoas LGBTQIAP+, conduz à vida de *riscos* das ruas, sendo eles imaginados ou conhecidos pela própria experiência, ou pela experiência de outros(as). A família, nesse sentido, expõe seus filhos e filhas a potenciais formas de violência e sofrimento. Quando Maria começou seu processo de transição, ela sabia que teria que sair de casa porque seus pais ‘*não [a] aceitariam daquela forma*’. Ela, que morava numa pequena cidade do interior da Bahia, disse que só conhecia a história de uma travesti que havia nascido nessa cidade.

Como a cidade era muito pequena e não tinha muitos LGBTs assumidos, todo mundo conhecia a história dela. Ela veio para São Paulo e trabalhava como prostituta. Aí, depois de anos, ela acabou sendo morta (caderno de campo, janeiro de 2019).

Mesmo sabendo do perigo de viver nas ruas de São Paulo, Maria saiu da Bahia somente com o dinheiro da passagem e sem saber para onde iria. Antes de vir morar na Casa 1, ela havia morado um tempo na casa dos seus tios na zona leste da cidade de São Paulo. Assim, além do conhecimento pregresso da morte dessa travesti, Maria já conhecia uma parte da cidade e tinha uma certa noção do que era viver nela. Foi enquanto morava com seus tios que começou a tomar

19 De acordo com Le Breton (2019, p. 140), “o sentimento instala a emoção no tempo, diluindo-a numa sucessão de momentos conexos: ele implica uma variação de intensidade que resta, entretanto, numa linha de significado”.

hormônios. O processo de hormonização era feito por conta própria, *'das pesquisas que fiz na internet'*, disse-me ela.

Devido a alguns *problemas* com seu tio e sua tia, Maria teve que voltar para casa de seus pais na Bahia. Mas, mesmo sabendo que teria que retornar à Bahia, ela tinha certeza que voltaria para São Paulo o *mais rápido possível* em virtude de seu processo de transição. Uma semana antes de regressar à Bahia, vendeu seu celular e algumas peças de roupa para reunir a quantidade de dinheiro suficiente com a intenção de comprar uma passagem de volta para São Paulo. *'Os hormônios já estavam começando a fazer efeito. O cabelo, a voz demora mais, mas as mamas já estavam crescendo e eu sabia que assim que eles percebessem minha vida seria um inferno. A convivência, que já não estava dando certo, iria piorar'*, disse Maria. E foi o que de fato aconteceu. Assim que perceberam as mudanças corporais dela, seus pais e seu irmão começaram a insultá-la e agredi-la. Maria pegou o dinheiro que havia guardado, comprou a passagem e veio para São Paulo. Sem nenhum dinheiro, sem roupa, *apenas com a coragem*, conforme ela me disse. Mesmo que o processo de expulsão não tenha sido diretamente feito por seus familiares, a constituição de um ambiente agressivo fez com que Maria saísse de sua casa.

Sua vinda à Casa 1 não decorreu de uma conversa prévia com os(as) organizadores(as). Ela conhecia a Casa 1 porque um vereador da cidade de Ser-tãozinho, no interior do estado de São Paulo, que ela conheceu via rede social, ao saber de sua vinda para São Paulo, disse que entraria em contato com os organizadores. Como essa conversa ocorreu um dia antes de sua vinda e, diante do fato dela não ter mais celular, ela chegou em São Paulo sem saber para onde iria e como seria possível encontrar a Casa 1.

Eu nem sabia como a Casa 1 funcionava, se era um tipo de albergue. Eu cheguei na rodoviária e alguém me ajudou acessar a internet para ver onde era o endereço. Mesmo com muito medo de ter que ficar na rua, eu não tinha outra alternativa. Tinha que vir para São Paulo. Não tinha passado pela minha cabeça procurar um local antes, eu só queria vir porque eu não podia continuar mais lá (caderno de campo, janeiro de 2019).

Deslocar-se para uma cidade sem saber para onde ir, onde dormir, onde comer, nos mostra, de modo aterrorizante, como a casa da família se constitui como um lugar da negação inequívoca das existências dissidentes. Essa negação

impela as pessoas a movimentar-se em direção a lugares cujos perigos são sistematicamente experimentados. De fato, como mostra uma série de etnografias, a rua não é apenas um espaço de violência, precisamente porque, como aponta Simone Frangella (2004, p. 49), há muitos “modos de estar na rua” que “se particularizam de acordo com os usos possíveis dentro de cada contexto urbano”. A cidade, nesse sentido, é vivida nas múltiplas e heterogêneas formas de ocupação dos seus espaços. De acordo com Silvana Nascimento (2016, p. 5), “a cidade se realiza no e pelo corpo por meio de movimentos e gestos que produzem ações no espaço urbano”. Nessas muitas ocupações do contexto urbano, podemos ver como a cidade é o lugar do desejo e do trabalho para travestis (Kulick, 2008; Nascimento, 2014) ou territórios de fluxos de afetos e prazer para michês, travestis e prostitutas (Perlongher, 1987). No entanto, como aponta Nascimento (2014, 2018) em sua pesquisa com travestis que trabalham na prostituição, esses corpos dissidentes desejantes e desejáveis vivem em territórios conjugados por violências cotidianas.

No caso de Maria, mesmo ela conhecendo os riscos de viver na rua, isso não a impediu de sair de um lugar onde a continuidade da vida já não era mais possível. A família, com efeito, se tornou um produtor do risco justamente por forçar seus filhos e filhas LGBTQIAP+ aos perigos de viver em espaços tão violentos quanto suas casas. A falta segurança de se viver no ambiente familiar é trocada pela moradia na Casa 1. Como disse-me Maria, para *sua sorte*, a presença da Casa 1 naquele momento foi fundamental para *fugir dos perigos da rua*. ‘*Chegar ali me deu a segurança de que eu teria um lugar para dormir, comer, procurar um emprego... seguir a minha vida*’. É claro que, como pude perceber, esse *seguir a vida* a partir do *apoio* da Casa 1 não é uma forma estável, definitiva e garantida de um futuro resolvido. Na verdade, a presença da Casa 1 na vida das pessoas expulsas significa o começo de outras possibilidades, tanto para existir no presente como para elaborar outros futuros possíveis.²⁰

20 As muitas perspectivas de futuro emergem nas narrativas das pessoas LGBTQIAP+ acolhidas, manifestando-se através de seus desejos e sonhos. As trajetórias marcadas por violências no passado e a experiência presente em casas de acolhimento são permeadas por um horizonte que se abre para possibilidades continuar existindo. Embora estas temporalidades se entrelacem complexamente nas narrativas desses sujeitos, nesse artigo delimita-se à análise das rememorações do passado, não sendo possível, no escopo desta investigação, examinar as fabulações que constituem essa temporalidade futura.

A Casa 1 tornou-se, naquele momento, um *lugar seguro* para Maria em oposição aos outros lugares vividos ou conhecidos que a exporiam a potenciais violências cotidianas.²¹ Esse *lugar seguro* é o que proporciona a reconstituição das imagens desses outros lugares comuns às experiências das pessoas LGBTQIAP+. Pietra foi expulsa de casa pelo irmão mais velho. Quando tinha 18 anos, sua mãe adoeceu e foi morar com irmã mais velha de Pietra. Durante o tempo que a mãe estava na casa de sua irmã, Pietra e seu irmão mais velho começaram a *brigar muito*. *‘Depois disso saí de casa e fui morar com um amigo. Eu trabalhava nessa época. Só que depois de um tempo todo mundo da casa perdeu o emprego e aí eu fui morar na rua. Passei seis meses morando em albergue, até que fui morar na Casa 1.’* O tempo na rua foi relatado como um momento muito difícil de sua vida.

É muito difícil viver num lugar que você pode ser agredida a qualquer momento. Quando eu não conseguia vaga no albergue e tinha que dormir na rua, era uma noite que eu não fechava os olhos. Parecia que ia acontecer alguma coisa ruim a qualquer momento (caderno de campo, novembro de 2018).

A ida de Pietra para a Casa 1 foi encarada por ela como um momento que *salvou sua vida*. *‘Eu aprendi, com a ajuda das outras meninas, durante esse tempo na rua a me proteger. Mas, mesmo assim, o medo de ser morta era diário’*, disse-me Pietra. As violências encarnadas na constituição cotidiana da rua produzem um sentimento compartilhado entre aqueles(as) que viveram nesse lugar: morar na Casa 1 assegurou a continuidade de suas vidas. Tal continuidade é o que permitiu a eles(as) elaborarem outras perspectivas de *seguir a vida*. Nessa diferenciação entre *espaço seguro* versus rua e casa da família, a Casa 1 não é compreendida pelas *pessoas acolhidas* que conheci como seu espaço familiar ou de casa. Mostrei no capítulo 2 da minha dissertação (Ramos, 2021) que as relações de amizade, amor e afeto construídas entre as *pessoas acolhidas* no interior da *república de acolhimento* utilizam metaforicamente termos de parentesco para qualificar essas relações. Nesse sentido, é como um *lugar seguro*, e não como uma casa,

21 Nesse artigo meu objetivo limita-se a explorar as reconstituições mnemônicas do ambiente da rua, não sendo possível trabalhar com essa construção da Casa 1 como um *espaço seguro*, cuja discussão consta com mais densidade no capítulo 2 da minha dissertação de mestrado (Ramos, 2021).

que a Casa 1 se opõe aos riscos de estar na rua. Embora para algumas *peessoas acolhidas*, sobretudo mulheres trans e travestis, a rua continuasse sendo um lugar de sustento, ela era entendida a partir dos seus perigos. Em contraposição, a *república* se transformava no lugar de proteção e segurança a esse ambiente perigoso. Há uma implicação entre o espaço de moradia e a rua, criando sentidos distintos para eles. Roberto DaMatta (1997, p. 8), em sua reflexão sobre a relação “casa versus rua”, argumenta que o espaço da casa “somente se define e deixa apanhar ideologicamente com precisão quando em contraste ou em oposição a outros espaços e domínios”. A rua, portanto, aparece como outro domínio para dar sentido ao espaço de moradia da Casa 1.

Ivana morava no interior de São Paulo com sua mãe e, após ser expulsa de casa, passou a viver na rua e a trabalhar com prostituição.

Fiquei morando na rua e trabalhando como prostituta por um tempo. Depois resolvi vir para São Paulo. Continuei morando na rua e trabalhando como prostituta. Fui expulsa quando tinha 18 anos e depois de oito anos estava esgotada. Não aguentava mais morar na rua, ser ameaçada, sofrer violência. Quando fiquei sabendo da existência da Casa 1 vim conversar com o Iran. Eu cheguei aqui com 26 anos e já não poderia mais morar. Mas eu implorei e o Iran deixou eu morar. Eu estava exausta, destruída. Mas só de saber que eu teria um lugar para dormir sem correr o risco de ser atacada, já me tranquilizava (caderno de campo, julho de 2019).

Estar *cansada* e *destruída* pela vida vivida nas ruas fez com que Ivana procurasse a Casa 1. Além de produzir um ambiente impossível de se viver, a família, ao expulsar os(as) jovens LGBTQIAP+, os(as) expõe a uma sorte de violências e riscos. Os relatos das outras pessoas LGBTQIAP+ só reforçam como ir para a rua sujeita essas pessoas às mais terríveis condições de vulnerabilidade. Conversando com Lilia, uma travesti que morou por muitos anos na rua e que ocasionalmente vinha até o *paliativo* procurar roupas, ela me disse que o *acolhimento* desses(as) jovens era, para muitos(as) deles(as), a *salvação da vida deles(as)*:

Eu vi muitas amigas minhas serem mortas. Vi travesti levando paulada na rua enquanto dormia. Vi elas apanhando simplesmente por serem elas. A rua não é um lugar fácil. É verdade que quando somos expulsas ela se torna o único lugar

para onde ir. Mas eu não desejo para ninguém passar as coisas que eu passei, ver as coisas que eu vi. Eu conheço o Luiz que acabou de ir morar aí em cima [na *república de acolhimento*]. Ele é muito jovem, foi para rua depois de ser expulso. Ainda bem que teve a Casa 1 para ele ir. Queria que tivesse um lugar assim quando caí na rua (caderno de campo, agosto de 2019).

Lília não mora mais na rua. Vive num apartamento com uma amiga e trabalha numa loja de roupas. As memórias da *rua* acionadas por ela nos mostram exatamente os perigos e os riscos envolvidos em viver nela. Apanhar por ser quem se é, como relatado por Lília, só mostra que as mesmas normatizações e naturalizações que informam as moralidades internas ao convívio familiar se replicam no cotidiano da rua. Há um ódio que torna um corpo travesti na rua vulnerável a levar uma paulada. Esse ódio está implicado nas mesmas lógicas e afetos que fazem as crianças LGBTQIAP+ sofrerem todo a sorte de violências em suas casas. Numa reflexão sobre a monstruosidade do corpo trans, Susan Stryker (2021) explora a constituição desse ódio ao aproximar o corpo trans ao corpo do Frankenstein de Mary Shelley. O ódio ao corpo de pessoas trans deriva dos desafios e desestabilizações que esse corpo produz nas normalizações e naturalizações de gênero.²² Segundo a autora, sua condição de monstruosidade permite que ela “guerreie com a natureza” (Stryker, 2021, p. 46). No entanto, é devido à sua condição de monstruosidade que se deseja o extermínio do corpo trans. Dessa maneira, percebemos como a heterossexualidade direciona um afeto odioso para vidas que não estão conformadas às suas lógicas e linguagens de gênero.

Por um lado, as violências cotidianas na rua operam os mesmos efeitos da expulsão familiar, uma vez que reforçam a abjeção e os perigos a esses corpos dissidentes. Por outro lado, os efeitos das violências da rua e a da casa da família são distinguíveis nas narrativas das pessoas LGBTQIAP+. Ao caracterizar as interações cotidianas no interior da casa por meio da imagem do *insuportável* ou do *irrespirável*, as pessoas LGBTQIAP+ evidenciam formas de violências

22 Stryker aponta que a monstruosidade de Frankenstein desestabiliza as representações de uma humanidade natural, sendo preciso combatê-lo e desejar sua morte. É na condição de um monstro que um corpo trans tem sua humanidade questionada. Como diz a autora, “como o monstro, demasiadas vezes sou percebida como menos do que totalmente humana devido aos meios de minha encarnação” (Stryker, 2021, p. 44).

específicas desse lugar. O silêncio e a cautela nas formas de se expressar, por exemplo, eram os modos de viver no interior de um cotidiano repressivo. A rua, apesar dos perigos, era encarada como uma possibilidade de escape da casa da família. Nas várias histórias que ouvi era comum eles(as) dizerem que se ausentavam da casa durante o dia e voltavam somente à noite. Pietra mesmo contou que, para fugir das agressões do irmão, passava o dia fora de casa e só voltava para dormir. *'Era o jeito que encontrei de fugir dele. Ficava o dia todo na rua, fora de casa'*, disse ela. Havia, portanto, complexas e distintas formas de viver nesses ambientes que, diariamente, brutalizavam os sujeitos LGBTQIAP+ que viviam na Casa 1.

Assim, nos processos de rememoração, a rua, tal como a casa da família, também se torna um lugar comum agenciado pelas pessoas LGBTQIAP+ para relembrar experiências compartilhadas do risco. A coabitação no espaço da Casa 1 por essas pessoas faz com que as narrativas do *viver na rua* sejam recriadas, entrecruzando histórias individuais que produzem imagem comum do que é experienciar diariamente esse lugar. A Casa 1 transforma-se num lugar comum para as *pessoas acolhidas*, convidando-as a reelaborarem a constituição dos espaços do *insuportável*, dos perigos e do *irrespirável*. Essas reelaborações evidenciam as formas de destruição e supressão de subjetividades dissidentes causadas pela família e pela rua. Se é possível pensar a família e a casa como agenciamentos criadores, essas reconstituições mnemônicas nos mostram seus potenciais aniquiladores de existências que não se conformam às exigências cis-heterossexuais. No entanto, e isso é preciso ficar claro, não se trata de condenar a família e a rua como espaços homogêneos para as existências LGBTQIAP+. Ambos são vividos e experimentados a partir de uma multiplicidade de experiências, relações e histórias. Quando trago a ideia de lugar comum é para evidenciar o exercício criativo de reconstrução daquilo que foi vivido por pessoas que estão num contexto compartilhado de *acolhimento*. Nesse sentido, as inúmeras condições de violência e vulnerabilidade que forçam os sujeitos LGBTQIAP+ a morar ou a ter assistência de uma casa de acolhimento permitem que seus processos de rememoração sejam feitos em um contexto comum. Como efeito desses processos, uma série de imagens sobre o passado evidenciam sentidos e entendimentos compartilhado do que foi vivido no ambiente da rua e da casa da família.

Considerações finais: quem protege as crianças LGBTQIAP+ da família?

Ao longo desse artigo, a descrição etnográfica concentrou-se nas formas e sentidos que o ambiente familiar e a rua emergiam em narrativas de pessoas LGBTQIAP+ vivendo em uma casa de acolhimento. As lembranças do que se viveu nesses lugares, a partir de experiências pessoais e íntimas, desvelaram imagens compartilhadas do *insuportável* que é viver certas relações familiares, além dos perigos e riscos de estar na rua. Embora essas relações familiares sejam matizadas por vínculos afetuosos com determinados parentes, consanguíneos ou afins, a recriação do passado dolorido revela a força confiscadora e normatizante da família na vida dessas pessoas LGBTQIAP+. Como bem argumenta Villela (2020), em sua reflexão sobre diferentes formas de confiscação, o que se confisca são existências e os distintos elementos vitais destas.²³ Numa ação de confisco, arrancam-se “elementos de uma relação que compõe um modo de ser e [os substituem] por outros” (Villela, 2020, p. 283).

Certamente, não quero dizer com isso que a família seja naturalmente um lugar violador para todas as existências LGBTQIAP+. Mesmo para as pessoas expulsas dos seus ambientes familiares, as relações no ambiente doméstico se complexificam em vínculos de amor e cuidado com as figuras maternas. Mariana e Amália, por exemplo, pretendem ajudar financeiramente suas mães. Já Pietra, que havia sido expulsa de casa pelo irmão, volta a morar com a mãe após a saída dele da casa. Há, portanto, uma multiplicidade de experiências familiares na casa de origem.

No entanto, apesar desses laços afetuosos, as narrativas de pessoas expulsas fazem ver que a família e seu ambiente doméstico confisca as existências dos seus filhos e filhas LGBTQIAP+ ao negar, violentar e silenciar seus corpos e desejos. Nesse processo, arranca-se a possibilidade de existência através da violência. Como um lugar de confiscação, a casa transforma-se em um ambiente do *insuportável*, onde viver, mais do que difícil, se torna um risco iminente.

23 De acordo com o autor, “confiscar não é apenas explorar nem expropriar. É decompor e recompor uma composição, transformar composição em organização, rearticular as suas partes impedindo por diversos meios (legais, regulamentares, perceptivos, Morais, familiares, arquitetônicos, epistemológicos) que elas perseverem a composição anterior” (Villela, 2020, p. 282).

Desse modo, a família agencia certas moralidades e ordens simbólicas a favor de um regime heterossexual que busca constantemente anular e exterminar existências dissidentes. O passado recriado evidencia que a família das pessoas LGBTQIAP+ expulsas não tem nenhuma preocupação em cuidar e proteger seus filhos e filhas. Paul Preciado (2020) contesta os cidadãos e as cidadãs francesas que, contrários ao casamento homossexual, a adoção e a reprodução assistida, reivindicam o direito das crianças de terem um pai e uma mãe. Por meio de uma série de perguntas provocadoras, ele diz:

Quem defende os direitos da criança diferente? Quem defende os direitos do menino que gosta de vestir rosa? E da menina que sonha em se casar com a melhor amiga? Quem defende os direitos da criança homossexual, da criança transsexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança de mudar de gênero caso deseje? O direito da criança à livre autodeterminação sexual e de gênero? Quem defende o direito da criança de crescer num mundo sem violência de gênero e sexual? (Preciado, 2020, p. 70).

De fato, o trabalho da memória reconstitui ambientes familiares que não se preocupam em destinar os cuidados necessários para suas as “crianças queer”. Na verdade, o que se vê são as crescentes e constantes violências sofridas numa casa produzida como o espaço do *insuportável* e do *irrespirável*. Mais ainda, essa mesma família expõe seus filhos e filhas a um segundo momento de violência ao expulsá-los(as) de casa: colocam suas vidas nos riscos e perigos da rua. Não há nenhuma reivindicação pelo direito de proteger essas crianças, de produzir um *espaço de acolhimento* e pertencimento, de respeito às suas subjetividades e desejos.

A favor de moralidades heterossexuais, a família, como mostrou Foucault (2015), se torna fundamental para as regulações, normatizações e vigilâncias dos corpos, fomentadas pelo dispositivo heterossexual de sexualidade. Voltadas para o silêncio e para o sigilo do ambiente doméstico, as sexualidades sofrem interdições das múltiplas tecnologias do sexo produzidas por esse dispositivo. Por meio de uma força policial do gênero, a família “vigia os berços para transformar todos os corpos em crianças heterossexuais. Ou você é heterossexual, ou a morte o espera” (Preciado, 2020, p. 71). A morte surge como outra possibilidade no processo de expulsão da casa. Viver na rua, como bem se sabe por

experiências compartilhadas ou vividas por pessoas LGBTQIAP+, expõe seus filhos e filhas aos riscos de uma morte que está sempre à espreita.

As memórias da casa e da rua evidenciam que a família pode ser um vetor de negação e exclusão das existências de seus filhos e filhas. A casa torna-se, nesse contexto, um lugar indisponível à criação de vínculos afetivos que propiciam formas de cuidados e produção de modos de ser. As pessoas LGBTQIAP+ não são parte da constituição desse lugar. A casa é um lugar que agencia as dores, as fraturas e os rompimentos. Não se pertence ao ambiente doméstico da família, é *insuportável* viver nele para as crianças queer. A imagem do medo de ser quem se é representa as experiências de viver a casa da família e na rua para essas crianças.

E mais ainda. A casa não é “abrigo e resistência às forças desagregadoras do mundo” (Marques; Leal, 2018, p. 43) precisamente porque ela expõe as crianças queer aos perigos de viver na rua. A família é, nesse sentido, essa própria força desagregadora, cuja imposição produz uma série de fraturas nas existências dessas crianças. O momento da expulsão para um lugar onde a morte está sempre virtualmente presente desafia aqueles(as) que reclamam à família heterossexual os cuidados de suas crianças. Não há nenhuma preocupação com o que irá acontecer com seus filhos e filhas. Nesse sentido, a reconstituição das memórias da rua revelam que a casa e a família não só são um dispositivo de criação e manutenção do *insuportável*, como também expõem seus filhos e filhas aos perigos de mundo que objetiva aniquilar suas vidas.

A segurança da casa da família, reivindicada por pais e mães, é encontrada na Casa 1. É na presença desse *espaço de acolhimento* que as pessoas LGBTQIAP+ se deparam com a possibilidade de fugir dos perigos de viver na rua. Nas descrições das narrativas contidas aqui, percebemos como a rua é compreendida em sua complexidade constitutiva: simultaneamente representa o território dos riscos iminentes, onde a sobrevivência diária é permeada pela possibilidade constante de violência e morte, e configura-se como condição de sobrevivência, seja como espaço de trabalho ou como alternativa quando a permanência na residência familiar se torna insustentável. De outra maneira, o espaço doméstico é qualificado nos relatos *peessoas acolhidas* como o lugar do *insuportável*, uma vez que a manifestação de corporalidades e desejos dissidentes de pessoas LGBTQIAP+ catalisa, desde a infância, sistemáticas violências cometidas por familiares. Essa caracterização do *insuportável*, exclusivamente associada ao

contexto familiar, evidencia a impossibilidade de manutenção da convivência no mesmo espaço doméstico.

Assim, no encontro com a Casa 1, as *peessoas acolhidas* passam a viver o presente de outra maneira e projetam outros futuros possíveis. Evidentemente que a Casa 1, enquanto um *espaço seguro*, não as protege das violências que cercam a vida das pessoas LGBTQIAP+. Há muitos outros espaços e dispositivos violentos e perigosos presentes no cotidiano delas. No entanto, como bem mostra a fala de Ivana, o fato de existir esse local já é fundamental para uma existência mais segura do que aquela proporcionada ao morar na casa da família e na rua.

Além disso, o futuro não é definitivo e acabado com a chegada das *peessoas acolhidas* na Casa 1. Ao contrário, o futuro é aberto a projetos e desejos heterogêneos, os quais são elaborados a partir dos *apoios* da Casa 1. A presença da Casa 1 não resolve todos os problemas enfrentados por anos por pessoas que sofrem todo tipo de violência. Na verdade, a Casa 1 surge como um lugar de possibilidades para que as pessoas LGBTQIAP+ consigam elaborar outros modos de existir no presente e no futuro. Esse *espaço de acolhimento* implica uma abertura para novos começos. Nesse sentido, o *seguir a vida* evocado pelas pessoas LGBTQIAP+ implica as muitas possibilidades de habitar o presente e criar futuros, sem a supressão cotidiana de suas existências no ambiente familiar e sem os perigosos constantes que caracterizam a vida na rua.

Referências

ALVES, Y. Sob a luz e o calor do fogo: a criação entre os moradores de Pinheiro e as interconexões entre casas, famílias e corpos. In: MARQUES, A. C.; LEAL, N. S. (org.). *Alquimias do parentesco: casas, gentes, papéis, territórios*. Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo: Terceiro Nome, 2018. p. 205-232.

ANDRADE, F. de. *Narrativas femininas sobre experiências de amor, sofrimento e dor em relacionamentos violentos e destrutivos*. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transsexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERGSON, H. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CARDOZO, F. Performatividades de gênero, performatividade de parentesco: notas de um estudo com travesties e suas famílias na cidade de Florianópolis/SC. In: GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (org.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 233-251.

CARRUTHERS, M. *A técnica do pensamento*: meditação, retórica e a construção de imagens (400-1200). Tradução de José Emílio Maiorino. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CONNELL, R. *Masculinities*. 2nd ed. Berkeley: University of California Press, 2005.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: FINEMAN, M. A.; MYKITIUK, R. (ed.). *The public nature of private violence*. New York: Routledge, 1994. p. 93-118.

DAMATTA, R. *A casa e a rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1997.

DAS, V. *Critical events*: an anthropological perspective on contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, V. *Vidas e palavras*: a violência e sua descida ao ordinário. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DELEUZE, G. *Bergnismo*. São Paulo: Editora 34, 2008.

FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 11-43, 2006.

FONSECA, C. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 769-783, set./dez. 2008.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade 1*: vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FRANGELLA, S. *Corpos urbanos errantes*: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 1, p. 67-110, 1993.

GORMAN-MURRAY, A. *Queering the family home: narratives from gay, lesbian and bisexual youth coming out in supportive family homes in Australia*. Wollongong: University of Wollongong, 2008.

GREEN, J. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Traduzido por Cristina Fino, Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GREGORI, M. F. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Anpocs, 1993.

GROSSI, M. P. *Gênero e parentesco: família gays e lésbicas no Brasil*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 261-280, 2003.

HEILBORN, M. L. *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade em contexto igualitário*. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

INGOLD, T. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

KULICK, D. *Travestis: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Tradução de César Gordan. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LE BRETON, D. *Antropologia das emoções*. Tradução de Luis Alberto S. Peretti. Petrópolis: Vozes, 2019.

MARQUES, A. C.; LEAL, N. S. Introdução. In: MARQUES, A. C.; LEAL, N. S. (org.). *Alquimias do parentesco: casas, gentes, papéis, territórios*. Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo: Terceiro Nome, 2018. p. 23-63.

MELLO, L. Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, p. 197-225, 2005.

NASCIMENTO, S. Corpo-afeto, corpo-violência: experiências na prostituição de estrada na Paraíba. *Revista Ártemis*, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 69-86, jul./dez 2014.

NASCIMENTO, S. A cidade no corpo: diálogos entre corpografia e etnografia. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 19, p. 1-13, 2016.

NASCIMENTO, S. Desire-cities: a transgender ethnography in the urban boundaries. *Vibrant*, Brasília, v. 15, n. 1, e151501, 2018.

PERLONGHER, N. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRECIADO, P. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Tradução de Eliana Aguiar; prefácio de Virginie Despentes. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RAMOS, J. R. de O. *De portas abertas para seguir a vida: a Casa 1 e sua política com a rua*. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RIOS, R. R. Uniões homossexuais: adaptar-se ao direito de família ou transformá-lo? Por uma nova modalidade de comunidade familiar. In: GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (org.). *Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 109-129.

SANTOS, A. Movimentos que tecem o mundo: experiências de deslocamentos e práticas de conhecimento entre os habitantes de Pedro Cubas. In: MARQUES, A. C.; LEAL, N. S. (org.). *Alquimias do parentesco: casas, gentes, papéis, territórios*. Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo: Terceiro Nome, 2018. p. 271-304.

SOUZA, É. R. Papai é homem ou mulher? Questões sobre a paternidade transgênero no Canadá e a homoparentalidade no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 397-430, 2013.

STRATHERN, M. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

STRYKER, S. Minhas palavras para Victor Frankenstein acima da aldeia de Chamonix: performar a fúria transgênera. *Revista Eco-Pós*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 42-64, 2021.

TARNOVSKI, F. L. “*Pais assumidos*”: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

UZIEL, A. P. *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VALE DE ALMEIDA, M. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 95, p. 161-189, 1996.

VEIGA DE CASTRO, A. C.; CARVALHO E SILVA, J. M. de. Apartamento-espelho e quarto de despejo: reflexos cruzados entre Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus. In: PONTES, H.; ROSATTI, C. G. (org.). *Casa-mundo*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2022. p. 229-253.

VENTUROZA, I. de O. “*Homem é homem*”: narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homem denunciados por crimes da Lei Maria da Penha. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VILLELA, J. M. Confiscações, lutas anti-confiscatórias e antropologia modal. In: VILLELA, J. M.; VIEIRA, S. A. (org.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020. p. 277-343.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WESTON, K. *Families we choose*. New York: Columbia University Press, 1992.

WILLIAMS, J. C. Domestic violence and poverty: the narratives of homeless women. *Journal of Women Studies*, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 143-155, 1998.

WITTIG, M. *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

ZAMBRANO, E. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 123-147, jul./dez. 2006.

ZAMBRANO, E. “*Nós também somos família*”: estudo sobre a parentalidade homossexual, travesti e transsexual. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

Disponibilidade de dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Editores | Editors | Rédacteurs

Ruben George Oliven – <https://orcid.org/0000-0003-3556-6955>

Arlei Sander Damo – <https://orcid.org/0000-0003-4368-6754>

Jean Segata – <https://orcid.org/0000-0002-2544-0745>

Recebido: 11/01/2024 Aceito: 24/02/2025 | Received: 1/11/2024 Accepted: 2/24/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.